



SOCIEDADE

CNJ define atuação de influenciadores mirins

Resolução estabelece que crianças e adolescentes só atuem profissionalmente com autorização judicial e por período fixo. A solicitação deverá ser feita por pais ou responsáveis. Ministério Público participa da análise que concederá a permissão

» RAFAELA BOMFIM*

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, ontem, uma resolução que regulamenta a participação de influenciadores digitais mirins em plataformas digitais, como Instagram, Facebook, TikTok e outras redes sociais. A medida estabelece a obrigatoriedade de autorização judicial para que crianças e adolescentes atuem profissionalmente em conteúdos publicados em perfis próprios, de parentes ou de terceiros. A decisão busca garantir proteção aos direitos de crianças e adolescentes diante do crescimento da presença desse público no ambiente digital.

A regulamentação é uma consequência da entrada em vigor do ECA Digital, em março. A legislação criou regras específicas para a proteção de crianças e adolescentes na internet, incluindo segurança on-line, proteção de dados pessoais, prevenção de riscos e responsabilização de plataformas por conteúdos considerados ilícitos ou abusivos.

Com a nova resolução, os alvarás judiciais terão validade máxima de 12 meses para crianças e de 18 meses para adolescentes. O juiz poderá modificar ou revogar as condições estabelecidas sempre que necessário. O pedido deverá ser apresentado pelos responsáveis legais ou por pessoa que demonstre interesse legítimo e será analisado individualmente para cada influenciador mirim. O processo

Tiroteio acerta homem dentro de ônibus e retém turistas no Rio de Janeiro

Reprodução/Redes sociais



Um intenso tiroteio entre traficantes e policiais, no Morro Santa Marta, em Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro, feriu um homem dentro de um ônibus e reteve pelo menos 60 turistas que subiram o mirante da favela para ver o sol nascer, na madrugada de ontem. O grupo ficou vários minutos abaixado pelo medo de ser atingido por bala perdida. Mas, nas ruas que dão

Instagram/Rádio Tupi FM



acesso ao morro, havia vários veículos com para-brisas furados pelos projeteis disparados. Nem mesmo a Igreja Metodista de Botafogo, que fica na Rua São Clemente, foi poupada — era possível ver buracos de bala na fachada e uma amurada em vidro, na entrada do templo, estilhaçada. O tiroteio aconteceu durante uma operação contra traficantes do Comando Vermelho que, segundo

a polícia, controla o tráfico no Santa Marta. Os agentes cumpriam 44 mandados de prisão e 98 de busca. A incursão prendeu quatro suspeitos. O passageiro atingido na perna direita, dentro de um ônibus da linha 410 (Saens Peña-Gávea), quando passava pela Rua São Clemente, foi atendido no Hospital Miguel Couto e dispensado logo depois.

terá participação do Ministério Público, responsável por garantir os direitos dos menores.

A resolução também determina que crianças e adolescentes sejam ouvidos durante o processo, em condições adequadas à idade e ao grau de compreensão de cada um. Será criado um banco nacional de alvarás

concedidos, para que órgãos de fiscalização acompanhem a atuação de menores nas redes sociais e verifiquem o cumprimento das determinações judiciais.

Atuação restrita

O CNJ veta publicações com teor sexual ou erotizado,

materiais que exponham menores a situações degradantes, vexatórias ou constrangedoras, conteúdos que violem direitos fundamentais. Também não poderá haver publicidade infantil considerada abusiva e divulgação de produtos proibidos para esse público. Ficam proibidas participações em conteúdos

que promovam apostas, jogos de azar, loterias, discursos de ódio, discriminação, violência contra grupos vulneráveis ou qualquer forma de exploração relacionada ao trabalho infantil.

Para obter a autorização judicial, os responsáveis deverão apresentar informações detalhadas sobre a atividade pretendida

— como descrição do conteúdo a ser produzido, roteiros assinados por profissional responsável pela adequação à faixa etária, estimativa da frequência de exposição do menor, informações sobre monetização, publicidade, parcerias comerciais, contratos com agências e anunciantes. Também terão de fornecer dados sobre situação escolar, condições de saúde e rotina do menor.

A Justiça, na análise dos pedidos, deverá considerar a compatibilidade da atividade com o desenvolvimento físico, psicológico, social, moral e educacional da criança ou adolescente. Serão avaliados ainda possíveis indícios de pressão pelos parentes, exploração econômica indevida, utilização da imagem do menor para obtenção de lucro e fatores de vulnerabilidade que exijam proteção adicional.

Durante o julgamento da proposta no CNJ, o relator, conselheiro Fábio Esteves, destacou os riscos que a exposição excessiva nas redes sociais pode representar para crianças e adolescentes. Enfatizou que a atuação de influenciadores mirins não pode servir como forma disfarçada de trabalho infantil. E mostrou que a forte relação entre a produção de conteúdo digital e a publicidade exige atenção especial da Justiça para impedir práticas que possam resultar em exploração de menores.

PRECONCEITO

Trans expostas a todo tipo de agressão

» CAETANO YAMAMOTO*

Mulheres transexuais e travestis convivem frequentemente com situações de violência, preconceito e exclusão no país. É o que mostra a 11ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo DataSenado. Mais da metade das entrevistadas relatou experiências compatíveis com agressões nos últimos 12 meses.

O levantamento ouviu 43 mulheres trans e travestis e busca

ampliar a produção de informações sobre um grupo ainda pouco focado nas estatísticas oficiais. Segundo a pesquisa, 24 participantes, o equivalente a 56%, vivenciaram algum tipo de violência no último ano. Entre os episódios mais citados estão agressões verbais relacionadas à identidade de gênero, mencionadas por 40% das entrevistadas. Outras 17% afirmaram ter sofrido agressões físicas e 12% relataram violência sexual.

De acordo com o chefe de

serviço de pesquisa e análise do DataSenado, Rolf Regehr, a falta de dados populacionais oficiais sobre mulheres trans e travestis no Brasil restringe análises com maior precisão estatística. “Não podemos dizer que os resultados da pesquisa representam esse segmento. Eles são achados exploratórios sobre o grupo entrevistado. A pesquisa, nesse sentido, procura contribuir para uma compreensão mais precisa de aspectos relevantes de suas vivências, como nesse caso, a

recorrência e naturalização das violências sofridas”, observou.

O relatório também identificou a presença frequente de violência doméstica e familiar. Quase metade das entrevistadas (47%) afirmou já ter sido vítima desse tipo de agressão, enquanto 77% disseram conhecer alguma amiga, familiar ou pessoa próxima que passou pela mesma situação. Entre as mulheres que sofreram brutalidade doméstica, 95% relataram violência psicológica, 80% citaram agressões físicas e

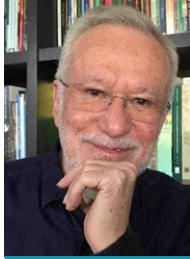
morais, 45% sofreram violência sexual e 40% tiveram prejuízos patrimoniais.

Os impactos atingem diferentes áreas da vida: 70% afirmaram que as agressões prejudicaram a convivência social, 55% tiveram a rotina afetada, 45% relataram consequências na vida profissional e 35%, nos estudos.

Segundo Vitória Régia da Silva, diretora-executiva da Gênero e Número, organização referência em dados sobre gênero no país, os dados trazem não apenas a recorrência da violência, mas também os desafios para reconhecê-la entre mulheres trans

e travestis. “Quando agressões, humilhações, discriminações e situações de exclusão passam a fazer parte da rotina, elas podem deixar de ser percebidas como violência, mesmo produzindo impactos profundos na vida dessas mulheres. Tornar essas experiências visíveis é um passo fundamental para ampliar a produção de evidências, fortalecer políticas de proteção e garantir que mulheres trans e travestis sejam incluídas no debate público sobre enfrentamento à violência de gênero”, frisou.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi



ALEXANDRE GARCIA

O LADO ANTI-LULA SE ENFRAQUECE COM BRIGAS INTERNAS EM QUE AS EMOÇÕES SÃO MAIS FORTES DO QUE A RAZÃO. AS MANIFESTAÇÕES DE FANATISMO REVELAM EMPATE NA INSENSATEZ

Cem dias

Estamos a quase 100 dias das eleições. Se o Brasil fosse realmente uma república federativa, como está na Constituição, as eleições mais importantes do 4 de outubro próximo seriam as de governador, mas não é assim. O governo federal concentra recursos e poderes e, de fato, somos uma república unitária. Assim, vivemos mais uma hipocrisia e nos acostumamos a ela. Então, as escolhas mais decisivas serão na área federal, tanto no Executivo quanto no Legislativo, onde será renovada a Câmara, de 513 deputados, e dois terços do Senado — 54 senadores, dois por unidade da

Federação. As forças mais barulhentas não estão nos partidos, mas nas ideologias, com esquerda e direita já se digladiando nas redes sociais, a grande ágora digital.

Do lado da esquerda, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer ser eleito pela quarta vez. Pré-candidatos do lado da direita, o senador que leva o sobrenome Bolsonaro e os dois governadores de estados centrais. A quase 100 dias do primeiro turno, há desgastes provocados pelos próprios postulantes. Flávio escondeu por tempos a relação de pedinte de Vitorcaro, e, com a revelação, desgastou-se

bastante. Estava à frente de Lula e, agora, está atrás nas pesquisas. O mais grave é que passou à frente de Lula em rejeição, segundo o Datafolha. Pelo acervo de votos que tem, Jair Bolsonaro conserva potencial de procurar compor as forças contra a esquerda. Lula, por sua vez, demonstra a toda hora que é volúvel, como mencionou Donald Trump (e não “volátil” como traduziram mal). A última foi dizer para a diretora do FMI e o chanceler alemão que nunca foi esquerdista — o que é risível, mas não é surpresa para quem acompanha as declarações de Lula em sua história política.

Contra Flávio devem pesar na campanha as idas à Casa Branca.

Será acusado de atrair governante estrangeiro para a eleição brasileira. Mas Lula não fica atrás. Será acusado de provocar briga com Trump num momento em que deveria conversar para aliviar tarifas. Terá que explicar a semelhança de compra votos com a infinidade de benesses em véspera de eleição, que desviou os impostos do custeio de serviços que o Estado deveria prestar.

Ônus Vitorcaro

E ainda há o “Ônus Vitorcaro”: por enquanto, a reunião que teve com o dono do Master, o envolvimento de seu líder no Senado e as raízes no importante PT baiano.

Nesta quarta-feira, vai arrumar briga com os donos de veículos a gasolina, com a adição de mais etanol — três vezes o máximo suportável pelos motores.

A favor de Flávio está o fato de que não é responsável pela atual situação de queixa generalizada do comércio, indústria e agro contra o governo. Romeu Zema e Ronaldo Caiado tampouco são responsáveis pelo aperto causado pelo excesso de gastos do governo federal e suas consequências na inflação e juros.

Mas, enquanto Lula carrega esse peso provocado por sua própria administração, o lado anti-Lula se enfraquece com brigas internas em que as emoções são mais fortes do que a razão. Já as

manifestações de fanatismo revelam empate na insensatez. Se no fim der empate, como no Peru e na Colômbia, quem impediu comprove em papel do voto digital vai se arrepender.

Na última eleição presidencial, tivemos um virtual empate e não aprendemos com as consequências dele no 8 de Janeiro. A campanha, de fato, já está nas redes e não custa lembrar que a Justiça Eleitoral existe para organizar eleições, não para vigiar e censurar o debate político. Que os fatos escandalosos do Centro de Combate à Desinformação, revelados pelo celular de Eduardo Tagliaferro, nunca mais se repitam. Em eleição democrática, os antagonistas é que se vigiam.